

UM ANO SEM MARIELLE FRANCO: MARCAS NARRATIVAS NA IMPRENSA BRASILEIRA

[RELATÓRIO DE PESQUISA]

Gabriela Santos Alves

Universidade Federal do Espírito Santo

Sthefany Duhz Cavaca

Universidade Federal do Espírito Santo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa sobre marcas narrativas em jornais regionais brasileiros de destaque sobre o crime emblemático de Marielle Franco. Tendo o jornalismo como uma das principais ferramentas da sociedade para a garantia da democracia, a questão norteadora do artigo é: quais são as marcas narrativas dos jornais capixabas *A Gazeta* e *A Tribuna* produzidas sobre o caso de Marielle Franco no dia 14 de março de 2019? Pretende-se examinar, por meio da análise crítica de discurso feminista, as marcas narrativas produzidas pelos referidos jornais na data em que o crime completou um ano. Espera-se contribuir para teoria feminista e para a visibilidade da história e memória que se constrói sobre a vereadora na imprensa brasileira.

Palavras-chave: Marielle Franco. Representatividade. Marcas Narrativas. Jornalismo. Análise Crítica de Discurso Feminista

This work presents partial results from research on narrative marks in prominent Brazilian regional newspapers about the emblematic crime of Marielle Franco. As journalism is one of the society's main tools for ensuring democracy, the guiding question of this article is: what are the narrative marks of the newspapers *A Gazeta* e *A Tribuna* regarding the Marielle Franco's case on March 14, 2019? Based on a feminist speech, this article aims to analyze narrative marks produced by the newspapers *A Gazeta* e *A Tribuna* one year after the crime. Studying the online and printed news on the case we expect to contribute to the feminist theory and also contribute to the visibility, history and memory that have been built on the Brazilian congresswoman.

Keywords: Marielle Franco. Representativeness. Narrative marks. Journalism. Critical Analysis of Feminist Discourse.

Este trabajo presenta los resultados parciales de investigaciones sobre las marcas narrativas en prominentes periódicos regionales brasileños acerca del crimen emblemático de Marielle Franco. Considerando el periodismo como una de las principales herramientas de la sociedad para garantizar la democracia, la pregunta importante del artículo es: ¿cuáles son las marcas narrativas de los periódicos *A Gazeta* y *A Tribuna* producidas sobre el caso de Marielle Franco el 14 de marzo de 2019? El propósito de este artículo es analizar, a partir del análisis crítico del discurso feminista, las marcas narrativas producidas por los mencionados periódicos en la fecha en la cual el crimen ha completado un año. Esperamos contribuir a la teoría feminista y también a la visibilidad de la historia y la memoria que se construye sobre la concejala en la prensa brasileña.

Palabras-clave: Marielle Franco. Representatividad. Marcas Narrativas. Periodismo. Análisis Crítico del Discurso Feminista.

Introdução

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa sobre marcas narrativas a respeito de Marielle Franco na imprensa brasileira e pretende identificar essas marcas em dois jornais regionais capixabas de destaque, *A Gazeta* e *A Tribuna*. Desse modo, examina por meio da análise crítica de discurso feminista¹, as publicações nos jornais impressos e no portal on-line do dia 14 de março de 2019, data em que o assassinato de Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, completou um ano.

Em 2016, Marielle foi eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 46.502 votos, a quinta maior votação de vereança no município. De acordo com pesquisa da organização Gênero e Número, as vereadoras eleitas no Brasil autodeclaradas pretas somam 328 mulheres, representando 0,6% do total de 57,8 mil eleitos em 2016; já as pardas somam 2.546 mulheres, 4,4% do total. Juntas, estas mulheres negras representam apenas 5% da vereança no país (MULHERES..., 2018).

Eleita para atuação em 2017-2020, Marielle exerceu a presidência da Comissão da Mulher da Câmara e integrou uma comissão com mais dezessete pessoas, para monitorar a intervenção federal no Rio de Janeiro. Ela foi escolhida como uma

de quatro relatores da comissão, em 28 de fevereiro de 2018, quinze dias antes de seu assassinato (VEREADORA..., 2018).

Quando vence a eleição e ocupa um cargo público e de poder, como de vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco é brutalmente assassinada, em 14 de março de 2018. Já se passaram dois anos do crime político que a levou à morte junto de seu motorista, Anderson Gomes, mas o caso está ainda sem solução. Há muitas divergências, perguntas sem respostas e até o momento são dois os acusados de serem os executores, entretanto ainda não há respostas que levem ao mandante do crime.

O território político-partidário é um espaço de poder, majoritariamente e tradicionalmente ocupado por homens, tendo a participação feminina bem restrita. Hoje, apesar das mulheres constituírem a maioria de eleitores no Brasil, 77 milhões de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2019), o que corresponde a 52,5% do total de eleitores, 147,5 milhões, não são a maioria representativa em cargos públicos e de poder, como os cargos políticos. Nas Eleições de 2018, por exemplo, do total de eleitores, apenas 9.204 (31%) mulheres concorreram a cargos eletivos. Destas, 290 foram eleitas, o que corresponde a apenas 3,15%. Marielle Franco fazia parte da minoria parlamentar feminina que alcança o território político da sociedade democrática brasileira.

Em contexto mundial, segundo o relatório “Women in national parliaments in 2019”, da União Interparlamentar (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2019), o Brasil ocupa 134^a posição no

¹ A análise crítica de discurso feminista se propõe a questionar as relações desiguais, a discriminação de gênero. Analisar o contexto que faz parte do discurso, as estruturas que perpassam o objeto, as relações de poder, visibilizando também o discurso das minorias, dos sujeitos marginalizados. Sobre essa análise, ver também Freitas e Mendes (2017).

ranking de participação de mulheres no Congresso, tendo 77 mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, com 513 assentos, e apenas doze para o Senado, com 81 cadeiras. Em porcentagens, equivale a 15% da Câmara dos Deputados e 14,8% do Senado com representação feminina.

Marielle Franco é fruto de um movimento feminista de inserção no território político e luta pelo direito à vida, à representatividade social e à ocupação de espaços negados a mulheres, à população negra, à comunidade LGBT e a tanto grupos vulneráveis e marginalizados historicamente.

Nas sociedades democráticas, como é a brasileira, a imprensa e os veículos de comunicação, de modo geral, são ferramentas que levam informação à população e contribuem para a formação da opinião pública, para a construção da memória e história de um povo. Segundo Marcos Palacios (2010), o jornalismo ocupa um duplo lugar, desde os tempos da Modernidade:

Espaço vivo de produção da Atualidade, lugar de agendamento imediato, e igualmente lugar de memória, produtor de repositórios de registros sistêmicos do cotidiano, para posterior apropriação e (re)construção histórica. E, nesse sentido, pode ser tão importante para a (re)construção histórica aquilo que se publica nos jornais e se diz no rádio e na TV, como aquilo que não se publica, que não se diz: o *dito* e o *interdito* (PALACIOS, 2010, p. 40).

Diante do exposto, a questão norteadora é: quais são as marcas narrativas de jornais regionais capixabas sobre o caso de Marielle Franco publicadas no dia 14

de março de 2019, data em que o crime completou um ano? Nossa hipótese é que, como veículos de informação e ferramentas para a garantia da democracia na sociedade, os jornais constroem seus discursos embasados na diversidade e pluralismo de vozes, temas e perspectivas, elementos importantes para a democracia, como afirma Montipó (2018). Desse modo, temos a expectativa de contribuir para a teoria feminista, bem como para a visibilidade, história e memória que se constrói sobre a vereadora na imprensa brasileira.

Método: identificando e delimitando a pesquisa: territórios de Marielle Franco

“Mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré” era como se descrevia Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco. Mulher negra, bissexual e oriunda da periferia, ela movimentou o território político-partidário e mobilizou debates de questões das minorias sociais nas estruturas de poder. Por essa razão, sofreu uma tentativa de silenciamento de sua voz mediante o crime político. Segundo Angélica Caporal e Fernanda Lima (2018, p. 15), a morte de Marielle Franco foi tanto uma violência aos direitos humanos “quanto para o movimento feminista negro, e para a sociedade democrática que anseia por um novo parâmetro normativo de justiça capaz de garantir a igualdade material e a justiça social”.

O caso de Marielle Franco repercutiu em todos os cantos do Brasil, bem como

mundialmente, o que se deve à representatividade que ela exerceu. Como disserta Caporal e Lima (2018, p. 3), o sujeito político coletivo Marielle Franco representa “toda a população historicamente excluída da política na luta pela concretização dos direitos humanos e fundamentais”.

A representatividade de Marielle, em nome da população vulnerável e invisibiliza, questiona os espaços sociais dados como legítimos e exclusivos de grupos privilegiados, problematizando os territórios políticos, sociais, econômicos, culturais e intelectuais que excluem as minorias que a vereadora se propôs representar. Segundo Caporal e Lima,

Marielle Franco se lançou como vereadora pelo Partido do Socialismo e Liberdade – PSOL no ano de 2016 com intuito de dar voz a toda a população historicamente excluída da política, sua campanha tratava da luta pelo reconhecimento dos espaços de hegemonia, hierarquia e privilégio econômico, político e social, cultural e intelectual, dentre outros campos do poder dos quais usufruem histórica e cotidianamente a voz e o pensamento branco, masculino e eurocêntrico (2018, p. 8).

Para exemplificar a representatividade política da vereadora, vamos demonstrar a seguir alguns projetos de lei de sua autoria apresentados à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Marielle propôs dez projetos hoje leis ordinárias promulgadas no município, dos quais destacamos cinco, que demonstram sua preocupação, reconhecimento e luta pelos direitos da população vulnerável e excluída socialmente.

São elas, conforme o portal da Câmara de Vereadores do Rio:

- Lei nº 6.419, de 13 de novembro de 2018: cria o Programa de Espaço Infantil Noturno (Atendimento à Primeira Infância) no município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2018b). De autoria de Marielle Franco e Tarcísio Motta (PSOL), institui o programa de acolhimento às crianças no período da noite, enquanto seus responsáveis trabalham ou estudam, pois é essencial, para conquistar igualdade entre homens e mulheres, permitir que mães com dupla jornada continuem seus estudos ou permaneçam em seus empregos. Por meio dessa lei, Marielle atende à demanda de mães cariocas que precisam do acolhimento a seus filhos enquanto estudam e trabalham.
- Lei nº 6.415, de 4 de outubro de 2018: cria a Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento ao Assédio e Violência Sexual no município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2018a). A campanha tem seus princípios no artigo 2º, incisos IV e V, que estabelece como dever do poder municipal a garantia dos direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Além disso, visa assegurar às mulheres condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania,

à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Esses pontos são nitidamente posicionamentos da luta de Marielle Franco.

- Lei nº 6.614, de 13 de junho de 2019: institui a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e dá outras providências (RIO DE JANEIRO, 2019c). As pautas sociais e de classes também foram representadas por Marielle, que veio da favela da Maré e considerava fundamentais políticas públicas que atendessem demandas advindas de comunidades. De autoria de Marielle Franco, essa lei foi sancionada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos).
- Lei nº 6.389, de 27 de agosto de 2018: institui o dia 25 de julho no calendário oficial do Rio de Janeiro como o “Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra” (RIO DE JANEIRO, 2019a). Tereza de Benguela foi líder quilombola durante o século XVIII no Brasil. A pauta feminista foi muito presente na vida política de Franco, principalmente a representatividade do feminismo negro. Essa lei é de autoria de Marielle Franco e foi sancionada pelo prefeito carioca.
- Lei nº 6.394, de 4 de setembro de 2018: cria o Dossiê Mulher Carioca, cujo objetivo é coletar e elaborar estatísticas periódicas sobre as mulheres atendidas pelas políticas públicas do município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2019b). A luta pela vida das mulheres

era uma pauta diária de Marielle, que trouxe como política pública a coleta, tabulação e análise de dados em que conste qualquer forma de violência que vitime a mulher. O Dossiê Mulher Carioca também foi sancionado pelo prefeito do Rio, Marcelo Crivella.

Método: feminismo e análise crítica do discurso feminista

Nas ações e posicionamentos de Marielle Franco, eram muito presentes ideais feministas como igualdade de gênero, inserção da mulher no mercado de trabalho, medidas de enfrentamento à violência de gênero e, principalmente, contribuições às mulheres negras da sociedade carioca, que era o âmbito em que a vereadora atuava.

Sua prática política estava de acordo com que a cientista política Anne Phillips afirma em sua reflexão acerca da presença feminina e do ideal feminista. Para a autora, o papel político democrático é desempenhado a partir da consistência com o que denomina “política de presença” e das ideias. De acordo com Phillips,

[...] quando a política das ideias é tomada isoladamente do que eu chamarei política de presença, ela não dá conta adequadamente da experiência daqueles grupos sociais que, por virtude de sua raça, etnicidade, religião, gênero, têm sido excluídos do processo democrático. A inclusão política tem sido cada vez mais – eu acredito acertadamente – vista em termos,

o que pode ser concretizada somente por política de presença (PHILLIPS, 1996, p. 146 apud BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 276).

Uma sociedade mais democrática, com ampla participação das mulheres, principalmente as negras, era o que Marielle sempre afirmava em seus discursos e atuações políticas. Na ciência política contemporânea, Biroli e Miguel (2014, p. 33) afirmam que “[...] o feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática”.

Com o conjunto de representatividades de Marielle e a nossa afinidade enquanto pesquisadoras e feministas, nossa metodologia é resultado de todo esse contexto. Optamos pela análise crítica de discurso feminista por problematizar, principalmente no campo da ciência, o viés masculino hegemônico de produção. A metodologia possui grandes contribuições no campo da Teoria Feminista, justamente por ter “por objetivo inter-relacionar a linguística com as ciências sociais, favorecendo a operacionalização dos discursos das minorias frente à hegemonia branca, burguesa, ocidental e masculina” (GABRIELLI, 2007).

Consideramos o patriarcado² um sistema complexo tão enraizado no sistema

2 Sobre patriarcado, consideramos as contribuições de Bell Hooks, que define patriarcado como o sexismo institucionalizado e leva em consideração fatores de gênero, raças, sociais, culturais, políticos e econômicos. “O sexismo institucionalizado – ou seja, o patriarcado – formou a base da estrutura social americana bem como o imperialismo racial” (HOOKS, 2014, p. 14).

social-político-cultural brasileiro que é posto muitas vezes de forma sutil. Marlise Matos (2015, p. 28) sustenta que

O patriarcado está lá no acúmulo de papéis, de atribuições e de funções das mulheres (que, como vimos, estudam, trabalham e cuidam – praticamente sozinhas – dos afazeres domésticos e de crianças e idosos nas famílias) que torna a jornada da participação e do ativismo político das mulheres de um custo altíssimo para elas (que mesmo assim têm se disposto a “pagar” esse preço, pois o número de mulheres candidatas vem aumentado exponencialmente não longo dos anos, à revelia mesmo de seu insucesso eleitoral).

Matos (2015, p. 28) ainda afirma que o patriarcado também está “nas mentalidades e sensibilidades do eleitorado conservador (homens e mulheres) que julga, além do mais, que as mulheres não estão capacitadas para exercer o poder no país”.

Consideramos importante contextualizar o patriarcado no sistema político e social, para apontarmos também o seu viés no campo da ciência e justificarmos nossa escolha metodológica. A análise crítica de discurso feminista é uma das abordagens que propõe questionar todo o fazer científico masculinizado, trazendo como parte da metodologia a aproximação do sujeito-objeto-contexto. Desse modo, aproxima o pesquisador/ a pesquisadora do objeto e busca entender as relações de poder que envolvem o objeto pesquisado. Assim, propõe-se a questionar as relações desiguais, a discriminação de gênero, analisando todo o contexto que faz parte do discurso,

as estruturas que perpassam o objeto e as relações de poder, e visibilizando também o discurso das minorias, dos sujeitos marginalizados (FREITAS; MENDES, 2017).

Para a análise crítica de discurso feminista das cinco matérias selecionadas, identificamos e analisamos as marcas narrativas que os jornais produziram sobre o caso Marielle Franco no dia em que a morte da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes, completou um ano. Como já afirmamos, nossa hipótese norteadora é que os jornais, como veículos de informação e ferramentas para a garantia da democracia na sociedade, constroem seus discursos embasadas na diversidade e pluralismo de vozes, temas e perspectivas, elementos importantes para a democracia, como afirma Montipó (2018).

Resultados: Marcas narrativas dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* no dia 14 de março de 2019

As matérias foram coletadas manualmente. Pesquisamos em todas as notícias dos portais *A Gazeta* e *A Tribuna* no dia 14 de março de 2019. Conseguimos acesso à versão digital do periódico impresso *A Tribuna*, porém *A Gazeta* não disponibiliza seu acervo gratuitamente. Como a pesquisa é feita de maneira voluntária, sem nenhuma bolsa para a pesquisa, não obtivemos acesso à versão impressa e/ou digital do dia 14 de março de 2019 de *A Gazeta*, mesmo tendo pesquisado em outras fontes, como colegas trabalho e estudos, grupos de pesquisa.

Localizamos cinco matérias com menções a Marielle Franco nos dois jornais: quatro matérias on-line de *A Gazeta*, e uma menção à Marielle Franco no jornal impresso *A Tribuna*. No portal on-line *A Tribuna*, não encontramos nenhuma menção à vereadora, o que de antemão verificamos como um apontamento de posicionamento do jornal em não mencionar e não veicular nenhuma matéria sobre o assunto nesse canal.

Resultados: *A Tribuna*: “Bolsonaro quer rapidez no caso do Ministro”

A notícia localizada do jornal impresso *A Tribuna*, na editoria de política, “Bolsonaro quer rapidez no caso do Ministro” (BOLSONARO..., 2019, p. 28) é sobre questionamentos relacionados ao atual presidente do país, Jair Bolsonaro. Na época, ele e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, supostamente envolvimento com candidaturas laranja, comentaram sobre Marielle Franco, mudança de embaixadores e o veto a Ilona Szabó a conselho do Ministério da Justiça.

Segundo o jornal, o presidente comentou em café com jornalistas não se lembrar do sargento reformado da Polícia Militar Ronnie Lessa, preso sob suspeita de matar Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Preso no dia 12 de março, dois dias antes de completar um ano da morte de Marielle, Lessa residia no condomínio do presidente. Na matéria, ele ainda é indagado sobre o seu filho, Jair Renan, ter namorado

pois, apesar de ser a matéria de maior destaque, essa notícia divide espaço com uma coluna do *Estadão* e mais três submatérias relacionadas à política (Figura 1).

Reprodução do jornal impresso *A Tribuna*, p.28, 14 de março de 2019.

Fonte: *A Tribuna*

ou mesmo uma pequena notícia abordando o crime. Na capa, local de destaque em que jornais escolhem as notícias de maior relevância, não há sequer menção a Marielle, nem mesmo uma nota (Figura 2).

[Figura 2]
Reprodução da capa do jornal A Tribuna, 14 de março de 2019



Fonte: A Tribuna

Entendemos que, no dia anterior, 13 de março de 2019, ocorreu o “massacre de Suzano”, em que dois ex-estudantes da Escola Estadual Professor Raul Brasil atiraram em muitos alunos e mataram cinco estudantes e duas funcionárias da escola. Entretanto, o não destaque na capa do jornal, nem ao menos de uma nota sobre Marielle, aponta marcas narrativas do posicionamento da Rede Tribuna de Comunicações.

Resultados: A Gazeta

Já no jornal on-line A Gazeta foram localizadas reportagens com o foco no caso Marielle Franco, inclusive, o que nos chamou atenção, todas com menção à vereadora na manchete, o que diverge do jornal A Tribuna (Figura 3).

[Figura 3]
Reprodução das manchetes do portal A Gazeta, 14 de março de 2019

Amanhecer por Marielle

Atos cobram respostas sobre mandante da morte de Marielle e Anderson

A pergunta que se espalhou por cidades do Brasil e do exterior agora é "quem mandou matar Marielle?"

Publicado em 14/03/2019 às 14h22



Rio de Janeiro

Suspeitos de matar Marielle e Anderson chegam ao IML para perícia

Após a perícia, eles serão encaminhados para a Cadeia Pública em Benfica, na zona norte do Rio de Janeiro, onde devem passar por audiências de custódia

Publicado em 14/03/2019 às 14h51



Daniel Silveira é um deles

Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara

Oito deputados federais, entre eles Daniel Silveira (PSL-RJ), que rasgou a placa com o nome de Marielle, posicionaram-se a poucos metros com caixas de som que emitiam latidos

Publicado em 14/03/2019 às 14h37



Suspeitos

Justiça converte flagrantes em prisões preventivas no caso Marielle

Queiroz e Lessa foram presos preventivamente na última terça-feira (12) sob suspeita de serem os assassinos da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes

Publicado em 14/03/2019 às 18h10



Fonte: A Gazeta

Resultados: A Gazeta: "Atos cobram respostas sobre mandante da morte de Marielle e Anderson"

A reportagem "Atos cobram respostas sobre mandante da morte de Marielle e Anderson" menciona manifestações por todo o Brasil e o mundo em favor da memória de Marielle Franco (ATOS..., 2019). Cita também a prisão do policial militar reformado Ronie Lessa e o caso ex-policial militar Êlcio Vieira de Queiroz, suspeito de assassinar a vereadora e seu motorista.

A reportagem comenta a declaração do então delegado titular da Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, Giniton Lages, que disse à época, em coletiva de imprensa, que as investigações do caso ainda estavam no início, mas que a segunda fase já estava deflagrada, com a expedição de ao menos

34 mandados de busca e apreensão que visavam determinar se havia mandantes para o crime e qual seria a motivação. Na mesma entrevista, o governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), declarou que Lessa e Queiroz poderão receber uma oferta para fazerem delação premiada.

A reportagem apresenta declaração da viúva de Marielle Franco, Mônica Benício, que "considera a operação um passo importante nas investigações, mas lamenta que ainda não haja respostas a respeito de eventuais mandantes" (ATOS..., 2019). Em toda reportagem, Marielle Franco é mencionada dezoito vezes: na chamada, na linha fina "A pergunta que se espalhou por cidades do Brasil e do exterior agora é 'quem mandou matar Marielle?'" e no corpo todo da reportagem. Há também uma foto sobre o ato na escadaria da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Figura 4).

[Figura 4]

Reprodução da imagem da reportagem “Atos cobram respostas sobre mandante da morte de Marielle e Anderson”, portal *A Gazeta*, 14 de março de 2019



Fonte: *A Gazeta*

Verificamos a apuração do jornal em trazer entrevistas com várias fontes, como autoridades – o delegado responsável e o Governador do Rio – e a viúva de Marielle. A reportagem se propõe a trazer elementos para a discussão da investigação do caso.

Resultados: *A Gazeta*: “Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara”

A matéria “Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara” aborda a manifestação em homenagem à Marielle Franco na Câmara dos Deputados e o posicionamento de oito deputados federais, entre eles Daniel Silveira (PSL-RJ), que rasgou a placa com o nome de Marielle, que

se posicionaram a poucos metros com caixas de som que emitiam latidos (Figura 5).

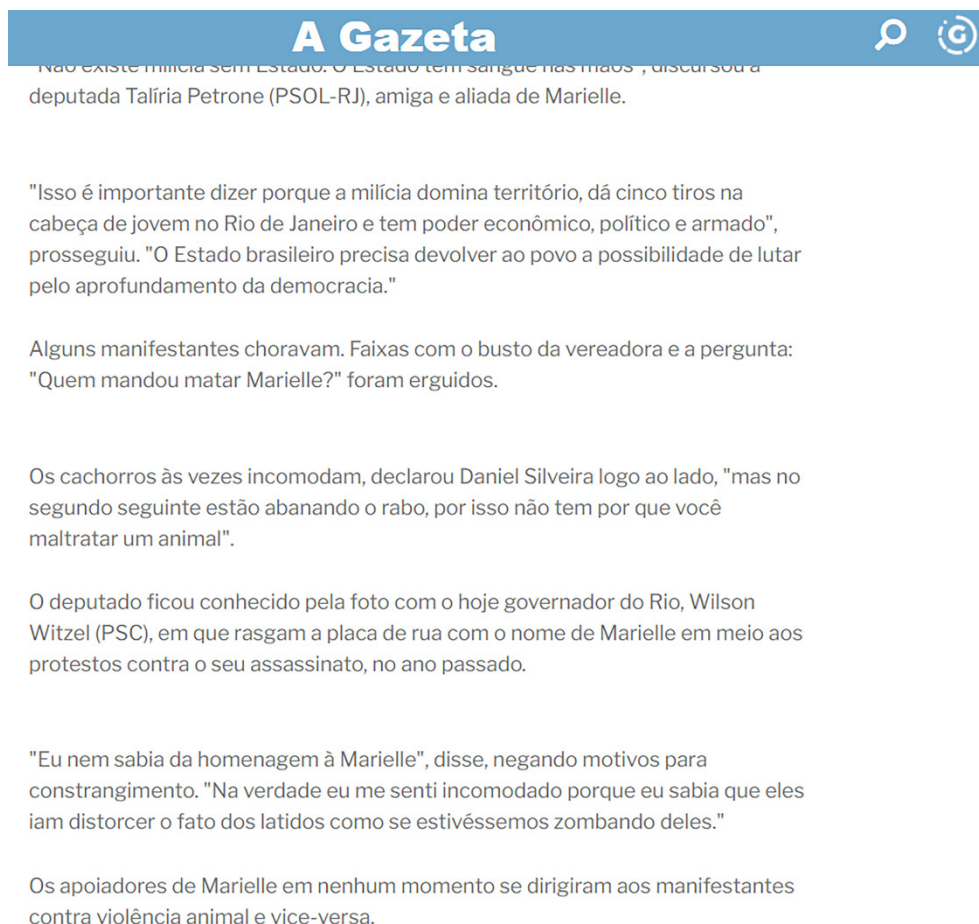
O texto afirma que, na terça 12 de março de 2019, dois dias antes do crime completar um ano, dois suspeitos da execução foram presos e a política investiga o eventual mandante. Nesse mesmo dia, o PSOL marcou o ato no Salão Verde e o divulgou em redes sociais e na Câmara.

A deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) comenta “Não existe milícia sem Estado. O Estado tem sangue nas mãos” e ainda destaca:

Isso é importante dizer porque a milícia domina território, dá cinco tiros na cabeça de jovem no Rio de Janeiro e tem poder econômico, político e armado [...]. O Estado brasileiro precisa devolver ao povo a possibilidade de lutar pelo aprofundamento da democracia (DEPUTADOS..., 2019).

[Figura 5]

Reprodução parcial da matéria “Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara”, portal *A Gazeta*, 14 de março de 2019



Fonte: *A Gazeta*

A *Gazeta* retrata o posicionamento do outro ato. Daniel Silva declarou “Eu nem sabia da homenagem à Marielle. Na verdade eu me senti incomodado porque eu sabia que eles iam distorcer o fato do latido como se estivéssemos zombando deles” (DEPUTADOS..., 2019). É do perfil do jornal *A Gazeta* manter a imparcialidade, procurando dar voz às partes envolvidas.

A reportagem inteira é sobre esse ocorrido e Marielle é mencionada doze vezes: na manchete, na linha fina “Oito deputados federais, entre eles Daniel

Silveira (PSL-RJ), que rasgou a placa com o nome de Marielle, posicionaram-se a poucos metros com caixas de som que emitiam latidos”, por aliados e opositores. Sobre o fato, a situação entre opositores e companheiros de partido de Marielle, observamos a disputa de narrativas que ocorre em Brasília, na Câmara dos Deputados, no dia 14 de março de 2019, quando o crime completava um ano e opositores definiam outras manifestações.

A *Gazeta* retrata de forma direta e breve o ocorrido, sem muitos desdobramentos,

por exemplo, sobre a pauta do ato a favor de Marielle, a menção à milícia e o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), que rasgou a placa com o nome de Marielle. Este último é mencionado na linha fina da notícia, que é um local de destaque, porém o jornal não aprofunda essas questões.

Resultados: A Gazeta: “Suspeitos de matar Marielle e Anderson chegam ao IML para perícia”

A matéria “Suspeitos de matar Marielle e Anderson chegam ao IML para perícia” relata desdobramentos da investigação dos suspeitos do assassinato de

Marielle e Anderson. O jornal expõe a saída dos suspeitos da Delegacia de Homicídios do Rio, com destino ao Instituto Médico Legal, para exame de corpo e delito (Figura 6).

O jornal cita os dois suspeitos dos disparos, que estavam presos desde o dia 12 de março de 2019, quando a Polícia Civil e o Ministério Público deflagraram uma operação para cumprir 34 mandados de busca e apreensão e as duas prisões. Também comenta sobre a polícia ter encontrado peças para a montagem de 117 fuzis na casa de Alexandre Motta, que afirma guardar as caixas a pedido do amigo Ronnie Lessa. A defesa dos três suspeitos alega que eles são inocentes. Nessa matéria, que é objetiva e aborda os últimos acontecimentos da época em relação aos acusados, Marielle foi mencionada quatro vezes.

[Figura 6]

Reprodução parcial da matéria “Suspeitos de matar Marielle e Anderson chegam ao IML para perícia”, portal A Gazeta, 14 de março de 2019

Médico-Legal, no centro, para exame de corpo de delito. Após a perícia, eles serão encaminhados para a Cadeia Pública em Benfica, na zona norte, onde devem passar por audiências de custódia.



Quer Levantar a Papada Flácida?
(Faça Isso Todas as Manhãs)

Ronnie Lessa, suspeito de efetuar os disparos, e Élcio Vieira de Queiroz, suspeito de ter dirigido o carro que seguiu a vereadora, estavam detidos na delegacia desde terça-feira (12), quando a Polícia Civil e o Ministério Público deflagraram uma operação para cumprir 34 mandados de busca e apreensão e as duas prisões.

No cumprimento dos mandados, a polícia encontrou peças para a montagem de 117 fuzis na casa de Alexandre Motta. Ele afirma que apenas guardava as caixas a pedido do amigo Ronnie Lessa. Motta foi preso em flagrante e passará por audiência de custódia. A defesa do suposto atirador nega que os armamentos e as munições sejam dele. As defesas dos três suspeitos afirmam que eles são inocentes e negam as acusações.

> Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara

marielle franco

rio de janeiro

Fonte: A Gazeta

Resultados: A Gazeta: “Justiça converte flagrantes em prisões preventivas no caso Marielle”

Na última reportagem do jornal analisada, “Justiça converte flagrantes em prisões preventivas no caso Marielle”, relata-se a prisão preventiva dos suspeitos de serem

os assassinos, na terça-feira, 12 de março de 2019.

No início da matéria há uma foto no formato 3 × 4 dos dois suspeitos. O policial reformado Ronnie Lessa e do ex-policial militar Elcio Vieira de Queiroz. Nessa reportagem, também é mencionado Alexandre Mota a sua prisão preventiva por porte e posse de arma de fogo de uso restrito (Figura 7).

[Figura 7]

Reprodução parcial da reportagem “Justiça converte flagrantes em prisões preventivas no caso Marielle”, portal A Gazeta, 14 de março de 2019

A Gazeta

Ao cumprir o mandado de busca e apreensão na casa de Alexandre Mota, no mesmo dia, os policiais localizaram caixas contendo munições, silenciadores e peças para 117 fuzis, apreensão que é considerada a maior da história do estado. Diante da descoberta, Alexandre foi preso em flagrante, e também passou a pesar sobre ele e Ronnie o flagrante de posse de arma de fogo de uso restrito.

Apesar de Alexandre alegar que desconhecia o conteúdo das caixas, e Ronnie confirmar sua versão e confessar que era o proprietário das armas de uso restrito, a Justiça decidiu que não parece crível esse desconhecimento, uma vez que os dois declaram ser amigos há mais de 20 anos, e Alexandre inclusive realizava operações bancárias de Ronnie. Alexandre declara ainda que ofereceu seu nome para que Ronnie registrasse uma lancha e uma vaga na marina de um condomínio de luxo.

A juíza de custódia destacou que o material apreendido é de alto poder destrutivo e que havia fortes indícios de que ele seria ilegalmente comercializado para outras práticas ilícitas.

No caso de Elcio, os policiais que cumpriram o mandado de prisão pelo caso Marielle encontraram duas pistolas e munição de fuzil dentro de seu guarda-roupa. Também havia munição de fuzil no veículo em que Elcio estava quando foi flagrado ao tentar fugir. Desse modo, houve flagrante por porte de arma de fogo de uso restrito, prisão que foi convertida em preventiva.

assassinato

marielle franco

Fonte: A Gazeta

Alguns desdobramentos do caso são relatados, como Alexandre alegar que desconhecia o conteúdo das caixas e Ronnie confirmar sua versão, confessando que era o proprietário das armas de uso restrito. A Justiça decidiu que esse desconhecimento não parece crível, visto que eles declararam ser amigos há mais de vinte anos. Na matéria, a juíza de custódia destacou que o material apreendido é de alto poder destrutivo, havendo fortes indícios de que ele seria ilegalmente comercializado para outras práticas ilícitas.

Ainda na reportagem, sobre o caso do ex-policial militar Élcio Vieira de Queiroz, referiu-se que os policiais que cumpriram o mandado de prisão no caso Marielle Franco encontraram duas pistolas e munição de fuzil dentro de seu guarda-roupa.

Há seis menções à Marielle em toda a reportagem, inclusive nas *hashtags*. Não há fotos ou imagens dela, porém os acusados e envolvidos no crime são abordados e é feita certa construção do crime. Apontamos como um registro e contribuição ao caso da vereadora e de seu motorista, entretanto breve e com poucas informações.

Discussão e considerações finais

Até o momento, verificamos distintos posicionamentos dos jornais diante do caso. Em *A Tribuna* percebemos a escolha ao não posicionar, não mencionar e não abordar com destaque o crime. Já *A Gazeta* se posiciona com objetividade e marcas narrativas

de imparcialidade – por exemplo, ao dar voz a opositores e aliados –, entretanto não há desdobramentos consistentes. Há breves e poucas informações sobre o crime e sobre a própria Marielle.

Como afirma Montipó (2018, p. 1) “o jornalismo deve colaborar para que diversidade e pluralismo de vozes, temas e perspectivas – considerados elementos que incorporam a democracia como um valor – sejam concretizados”. O que observamos é uma falta de perspectivas plurais, desdobramento e continuidade do caso de Marielle Franco e de sua representatividade.

O jornalismo, enquanto ferramenta social para garantia da democracia, deve entregar à sociedade um pluralismo das vozes. A sua função de comunicar a história da vida humana mediante um conjunto de informações apuradas, interpretadas e analisadas – e transmitidas a partir desse processo – tem como base a visão crítica jornalística. No entanto o que percebemos é um distanciamento dessa função em ambos os jornais.

Podemos destacar também que, até o momento, encontramos em nossa análise baixa produção de conteúdo e posicionamentos sobre o caso Marielle Franco. Os jornais, revistas e os veículos de comunicação têm a função de informar, comunicar a um grande número de pessoas.

Em *A Tribuna*, considerado maior jornal de circulação e número de leitores no estado do Espírito Santo, a única matéria localizada que menciona Marielle contempla brevemente o caso. Não há desdobramentos dessa matéria, seja na editoria de

Política, seja em outra editoria do jornal. Não há também uma reportagem especial, ou mesmo uma pequena notícia abordando o crime contra Marielle e Anderson, nem descrição da vida de ambos, localizando a atuação da vereadora carioca. Verificamos ainda que, na capa, local de destaque em que jornais selecionam as notícias de maior relevância, não há sequer menção a Marielle, ou mesmo uma nota, como demonstramos.

Observamos um silenciamento diante do caso Marielle. Uma rede de comunicações é também uma fonte de história e memória social e o local em que buscamos informações, não só nós pesquisadoras e pesquisadores, mas toda a sociedade civil. Assim, não encontrar nenhuma menção a Marielle na capa e no interior do jornal aponta o posicionamento em que ele se coloca diante do caso conhecido não só no país, como também mundialmente. Ainda na única matéria, a menção à vereadora é pelo presidente do país, que dentre outras questões mencionou Marielle, ou seja, o crime contra a vereadora e seu motorista não foi o foco do jornal. O registro de sua história e memória não foi a escolha de destaque do jornal.

Um caso tão emblemático como é o crime contra Marielle, uma mulher que representa tantos grupos minoritários, não ser divulgado em massa aponta, cientificamente, as marcas narrativas de um silenciamento diante do caso, contrariando a nossa hipótese inicial. ■

[GABRIELA SANTOS ALVES]

Docente do Departamento de Comunicação Social e do programa de pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Coordenadora do curso de Cinema e Audiovisual da Ufes. Tem pós-doutorado em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Realizadora audiovisual. Áreas de interesse acadêmico: cultura audiovisual, teoria feminista, cinema, memória e gênero. E-mail: gabriela.alves@ufes.br

[STHEFANY DUHZ CAVACA]

Discente do curso de Comunicação Social – Jornalismo na Ufes. Segundo ano de iniciação científica sobre Marielle Franco. Áreas de interesse acadêmico: teoria feminista, mídia, memória, política e gênero. E-mail: duhzcavaca@gmail.com

Referências

ATOS cobram respostas sobre mandante da morte de Marielle e Anderson. **A Gazeta**, Vitória, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2NRX0W1>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Horizonte, 2012. 290 p.

BOLSONARO quer rapidez no caso do ministro. **A Tribuna**, Vitória, p. 28, 14 mar. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. **Comunicação [do] TSE**. Brasília, DF, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37wpJbK>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CAPORAL, Angélica Azeredo Garcia; LIMA, Fernanda da Silva. Direitos humanos e feminismo negro: Marielle presente. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 14., 2018, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...]. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2018. p. 1-19.

DEPUTADOS usam cachorros para atrapaçar ato por Marielle na Câmara. **A Gazeta**, Vitória, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3g3BOYW>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FREITAS, Lúcia; MENDES, Isadora Costa. Abordagens feministas de análise de discurso: a formação de um campo. In: REIS, Marlene Barbosa de Freitas; LIMA, Sostenes (org.). **Pesquisas em educação e linguagem**. Anápolis: Editora UEG, 2017. p. 415-432.

GABRIELLI, Cassiana Panissa. 2007. Análise crítica do discurso e teoria feminista: diálogos frutíferos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 3., 2007, Ilhéus. **Anais** [...]. Ilhéus: Uesc, 2007. p. 1-7. Disponível em: <https://bit.ly/3e4GWvf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**. Geneva: IPU, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/38gqEgT>. Acesso em: 6 abr. 2020.

MATOS, Marlise. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em se aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado. **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília, DF, ano 5, n. 7, p. 24-37, 2015.

MONTIPÓ, Criselli. Jornalismo e democracia: tensionamentos não democráticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. **Anais** [...]. Joinville: Univille, 2018. p. 1-15.

MULHERES pretas, como Marielle, são menos de 1% nas câmaras de vereadores do Brasil. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3fsATBc>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. **Matrizes**, São Paulo, n. 1, p. 37-50, 2010.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.389, 27 de agosto de 2018. Inclui o Dia da Tereza de Benguela e da Mulher Negra no Calendário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro consolidado pela Lei nº 5.146/2010. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 29 ago. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2UIopNK>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.394, de 4 de setembro de 2018. Cria o Dossiê Mulher Carioca na forma que especifica e dá providências. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 6 set. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3hxxz5bK>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.415, de 4 de outubro de 2018. Cria a Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento ao Assédio e à Violência Sexual no Município do Rio de Janeiro. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 5 out. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2Y3OY25>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.419, de 13 de novembro de 2018. Institui o Programa de Espaço Infantil Noturno – Atendimento à Primeira Infância no âmbito do Município do Rio de Janeiro. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/3frswWj>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.614, de 13 de junho de 2019. Institui a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 14 jun. 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/3fp26Ve>. Acesso em: 17 abr. 2020.

VEREADORA Marielle Franco fiscalizava intervenção federal do RJ. **Veja**, São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2UNt4y2>. Acesso em: 7 abr. 2020.